

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.



**Em 31 de dezembro de 2025 e
relatório dos auditores independentes**

São Paulo, 06 de abril de 2026

À

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.
Bituruna - PR

Atenção: Aos Administradores

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando a V.Sas. o relatório dos auditores independentes e as demonstrações financeiras da **CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade de sua administração.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

José Ricardo Bordignon
CRC 1SP221807/O-6

Índice

Páginas

Relatório do auditor independente.....	2
Balanço patrimonial	5-6
Demonstração dos resultados.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.....	10

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Agradecemos a todos que ajudaram ativamente no crescimento da empresa durante esse ano, em especial aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela dedicação e confiança depositada.

Nosso compromisso é a busca incessante do sucesso da organização através do trabalho em prol da sociedade, sempre respeitando as normas ambientais.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.
Bituruna – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.** (“LIBERA MARIA” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LIBERA MARIA, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e as respectivas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das cifras do exercício comparativo

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas demonstrações financeiras do exercício comparativo.

Ênfase sobre as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam passivo a descoberto no montante de R\$ 576.487,00 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 238.710,00 em 31 de dezembro de 2024), e prejuízo incorrido no exercício findo nessa data no montante de R\$ 1.537.777,00 (prejuízo de R\$ 719.900,00 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Os planos da administração para manter a Sociedade com capacidade de continuidade de suas operações estão descritas na nota explicativa nº “1.1 – Desempenho financeiro”. A continuidade operacional da Sociedade, depende do desenvolvimento das atividades planejadas pela Administração. Neste sentido, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em regime normal de operações, não incluindo qualquer ajuste em virtude dessa condição. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e as respectivas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2026.

Rbordignon Auditores Independentes Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP04617/O-9

José Ricardo Bordignon
CRC 1SP221807/O-6

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.



Balço patrimonial em 31 de dezembro
(Em Reais)

Ativo	Nota	2025	2024 (Não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	893.422	948.574
Impostos a recuperar	5	122.399	77.854
Despesas antecipadas		22.374	16.482
Outros a receber		13.906	36.089
Total do ativo circulante		1.052.101	1.078.999
Não circulante			
Imobilizado	6	15.880.811	16.344.456
Intangível		16.593	16.593
Total do ativo não circulante		15.897.404	16.361.049
Total do ativo		16.949.506	17.440.048
Passivo			
(Não auditado)			
Circulante			
Fornecedores		2.546	40.349
Empréstimos e financiamentos	7	2.104.787	854.022
Obrigações fiscais	8	26.295	18.891
Salários e encargos sociais		12.026	9.138
Outras a pagar		10.626	10.838
Total do circulante		2.156.280	933.238
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	15.369.713	16.745.520
Total do passivo não circulante		15.369.713	16.745.520
Passivo a descoberto			
Capital social	9	2.605.000	2.605.000
Reservas de capital		1.200.000	
Prejuízos acumulados		(4.381.487)	(2.843.710)
Total do passivo a descoberto		(576.487)	(238.710)
Total do passivo e passivo a descoberto		16.949.506	17.440.048

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
			(Não auditado)
Receita líquida	11	2.892.933	2.964.308
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	12	<u>(1.059.907)</u>	<u>(893.059)</u>
Lucro bruto		<u>1.833.026</u>	<u>2.071.249</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	13	(261.830)	(319.585)
Tributárias		<u>(10.306)</u>	<u>(891)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>1.560.890</u>	<u>1.750.773</u>
Receitas financeiras	14	148.664	195.984
Despesas financeiras	14	<u>(3.247.331)</u>	<u>(2.662.849)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(3.098.667)</u>	<u>(2.466.865)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(1.537.777)</u>	<u>(716.092)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente			<u>(3.808)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(1.537.777)</u></u>	<u><u>(719.900)</u></u>

Não há resultados abrangentes a serem divulgados, além dos prejuízos dos exercícios apresentados.

**Demonstração das mutações do passivo a descoberto
(Em Reais)**

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	2.605.000		(2.123.810)	481.190
Prejuízo do exercício			<u>(719.900)</u>	<u>(719.900)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)	2.605.000		(2.843.710)	(238.710)
Ágio na subscrição de capital (Nota 9)		1.200.000		1.200.000
Prejuízo do exercício			<u>(1.537.777)</u>	<u>(1.537.777)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>2.605.000</u>	<u>1.200.000</u>	<u>(4.381.487)</u>	<u>(576.487)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.
**Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios
findos em 31 de dezembro
(Em Reais)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(1.537.777)	(719.900)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	462.845	466.481
Provisão de juros sobre empréstimos	3.246.061	2.840.915
Lucro líquido ajustado	<u>2.190.013</u>	<u>2.587.496</u>
(Aumento) e redução do ativo		
Contas a receber		269.648
Impostos a recuperar	(44.545)	(66.659)
Despesas antecipadas	(5.892)	(4.144)
Outras a receber	22.183	(30.697)
Aumento e (Redução) do passivo		
Fornecedores	(37.803)	1.717
Obrigações fiscais	7.404	68.609
Salários e encargos sociais	2.888	1.664
Outras a pagar	(212)	10.564
Caixa (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais	<u>(55.977)</u>	<u>110.550</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(800)	
Caixa consumido nas atividades de investimento	<u>(800)</u>	
Atividades de financiamento		
Subscrição de capital	1.200.000	
Empréstimos contraídos (pagos) – instituições financeiras	(3.371.104)	(2.545.489)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(2.171.104)</u>	<u>(2.545.489)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(55.152)</u>	<u>152.047</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>948.574</u>	<u>796.517</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>893.422</u></u>	<u><u>948.574</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Expressos em reais)

1 Contexto operacional

A CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, tem por objetivo a gestão, operação, manutenção, geração e comercialização atacadista de energia elétrica mediante a exploração do empreendimento central geradora hidrelétrica Libera Maria, localizada na Col. Jacutinga, S/N, no Bairro Zona Rural – 26 08 6.33 E 51 62 3.40 O, no município de Bituruna, no Estado do Paraná. A sociedade teve suas atividades iniciadas em dezembro de 2019.

1.1 Desempenho Financeiro

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A. apresentou desempenho financeiro influenciado por fatores internos e externos, incluindo o ambiente macroeconômico que foi caracterizado por níveis mais elevados de taxa de juros em comparação ao ano anterior. A taxa média do CDI atingiu aproximadamente 14,32% ao ano em 2025, frente a 10,88% ao ano em 2024, evidenciando um movimento de elevação relevante no custo de capital na economia brasileira.

1.1.1 Durante o exercício, destacam-se os seguintes pontos:

- i) Receita Operacional: totalizou R\$ 2.893 mil, representando queda de 2,4% em relação a 2024, apresentando estabilidade.
- ii) Lucro Bruto: atingiu R\$ 1.833 mil, com margem de 63,4%, comparado com 2024 (R\$ 2.071 mil) apresenta queda de 8,6% em razão de aumento de custos com manutenção.
- iii) EBITDA: somou R\$ 1.984 mil, com margem de 68,6%, redução de 8,7% em relação a 2024 (R\$ 2.173 mil) devido a maiores custos registrados.
- iv) Resultado Líquido: foi negativo em R\$ 1.538 mil, impactado pelo aumento das despesas financeiras que somaram R\$ 3.247 mil em 2025 contra R\$ 2.663 mil em 2024, influenciado fortemente pela elevação de 31,62% na taxa média do CDI que incide sobre os financiamentos.

1.1.2 Principais Fatores que Impactaram o Resultado

Os resultados de 2025 foram impactados principalmente por:

- i) Cenário macroeconômico adverso ocasionando piora de R\$ 632 mil no resultado financeiro líquido.
- ii) Redução de R\$ 190 mil no resultado operacional devido maiores custos, destacando-se os gastos com manutenção dos equipamentos.

1.1.3 Perspectivas para os Próximos 12 Meses

Para o exercício de 2026, a administração projeta:

- i) Crescimento da Receita: entre 5% e 8%, apoiado na perspectiva de maior volume pluviométrico com impacto na receita de geração.
- ii) Margem Operacional: expectativa de melhoria, com foco em controle de custos e ganhos de eficiência.
- iii) Endividamento: manutenção em níveis controlados, com possível redução da alavancagem mediante aporte de capital.

1.1.4 Riscos e Incertezas

As projeções estão sujeitas a riscos, tais como:

- i) Oscilações econômicas e taxas de juros
- ii) Variação no regime pluviométrico
- iii) Mudanças regulatórias

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Expressos em reais)

1.1.5 Considerações Finais

Para os próximos 12 meses, a Administração considera, em suas projeções, um cenário base de redução gradual das taxas de juros. As projeções de mercado indicam uma taxa média do CDI entre aproximadamente 13,0% e 13,6% ao ano, refletindo a expectativa de início de um ciclo de redução da taxa Selic ao longo do período e que poderá resultar em:

- i) Redução do custo médio da dívida
- ii) Menor pressão sobre despesas financeiras
- iii) Possível redução da rentabilidade de aplicações financeiras atreladas ao CDI

A Companhia seguirá adotando uma estratégia equilibrada de gestão de caixa e passivos financeiros, buscando mitigar riscos associados à volatilidade das taxas de juros e otimizar sua estrutura de capital.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", e as respectivas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A administração aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 06 de abril de 2026.

2.1 Base de preparação

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão relacionadas, principalmente, à avaliação da provisão para devedores duvidosos e avaliação das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado.

(c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram inicialmente preparadas com base no custo histórico.

3 Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de rendimentos até a data do balanço.

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Expressos em reais)

(b) Instrumentos Financeiros

Concentração de risco de crédito: Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. A Companhia mantém contas-correntes bancárias com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

(c) Impostos a recuperar e a recolher

A Companhia reconhece impostos a recuperar sempre que há direito inequívoco de sua compensação futura dos impostos a eles relacionados. São registrados ao seu valor de custo original e mantidos nessa rubrica até o momento de sua compensação ou utilização.

A segregação entre ativo circulante e não circulante leva em conta o prazo pelo qual o direito é esperado que flua para a Companhia. Caso o direito de reaver os créditos de impostos registrados se altere, uma provisão é reconhecida e uma despesa é reconhecida no resultado.

São registrados os valores de antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro apurado em períodos de apuração, impostos sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS e impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento, o PIS e a COFINS.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados e impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não efetuou o reconhecimento de impostos diferidos ativo por considerar não ser provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

(f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo/valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são classificados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*), quando aplicável. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada e revisada anualmente pela Administração.

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Expressos em reais)

(h) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a administração fez a análise de indicadores de *impairment* de ativos não financeiros e não identificou a necessidade de se efetuar testes de *impairment*.

(i) Fornecedores – terceiros

As contas a pagar aos fornecedores, terceiros são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante, devido à obrigação para liquidação estar dentro de um prazo médio para liquidação em 30 dias, sendo reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(j) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), conforme previsto contratualmente.

Quando os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, quando a liquidação é esperada em até 12 meses após a data do balanço.

(k) Salários e encargos sociais

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Companhia tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

(l) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados de acordo com o CPC 48.

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Expressos em reais)

Inicialmente, a Companhia mensura um ativo financeiro pelo valor justo acrescido dos custos de transação. Contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia aplicou o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido para receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros correspondiam basicamente a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e de partes relacionadas.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos e contas a pagar. No caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia seus passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem basicamente os empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento de receita

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes e requer que a receita seja reconhecida em montante que reflita a consideração a qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de energia gerada e comercializada e dos bens locados junto aos clientes.

As receitas são reconhecidas pelo montante que reflita a contraprestação ou que a Companhia espera receber em troca da transferência de energia gerada e dos bens locados para os clientes. O reconhecimento de receitas ocorre a partir do momento do “de acordo” do cliente e dos valores a serem faturados conforme as medições acordadas entre as partes.

Um recebível representa o direito da Companhia a um montante de contraprestação incondicional (ou seja, somente a passagem do tempo é exigida antes do pagamento da contraprestação ser devida).

(m) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram no exercício utilizando o método indireto.

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Expressos em reais)

(n) Novas normas e interpretações

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em, ou a partir de 1º de janeiro de 2025.

Para as seguintes normas ou alterações a administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos nas informações contábeis da Companhia, a saber:

- alterações na NBC TG 02 (R3): Efeito das mudanças nas taxas de câmbio – Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das informações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável – efetiva para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2025;
- alterações na NBC TG 40 (R3): Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IFRS 9/NBC TG 48: Instrumentos Financeiros – O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes – efetiva para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2026;

(ii) Normas emitidas e não vigentes

- CPC 51 - Apresentação e Divulgação de Demonstrações Financeiras - O CPC emitiu, em dezembro de 2025, o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, norma equivalente à IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements e que substituirá o CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras, e estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
Caixa	751	113
Bancos	329	152
Aplicações financeiras	<u>892.342</u>	<u>948.309</u>
Total	<u>893.422</u>	<u>948.574</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e saldo em poder de bancos. As aplicações financeiras referem-se exclusivamente a CDB – Certificados de Depósitos Bancários, que apresentam remuneração média de 100% referente à variação do CDI, e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Impostos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
Saldo Negativo IRPJ a recuperar	104.373	69.262
Saldo Negativo CSLL a recuperar	17.952	8.592
ICMS	74	
Total	<u>122.399</u>	<u>77.854</u>

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Expressos em reais)**
6 Imobilizado

Descrição	Taxa Dep. A.a. %	2024 (Não auditado)	Adições e baixas	2025
Terrenos		60.406		60.406
Edificações, obras civis e Benfeitorias	3,5%	7.266.183		7.266.183
Reservatórios e barragens e adutoras	3,5%	6.900.311		6.900.311
Máquinas e Equipamentos	3,5% a 6,5%	3.318.559	1.084	3.319.643
Móveis e Utensílios e Instalações Adm	4% a 6,25%	33.620	(1.884)	31.736
Total Custo		17.579.078	(800)	17.578.279
Edificações, obras civis e Benfeitorias	3,5%	(454.585)	(170.958)	(625.543)
Reservatórios e barragens e adutoras	3,5%	(489.456)	(183.821)	(673.277)
Máquinas e Equipamentos	3,5% a 6,5%	(278.175)	(103.513)	(381.688)
Móveis e Utensílios e Instalações Adm	4% a 6,25%	(12.407)	(4.553)	(16.960)
(-) Depreciação Acumulada		(1.234.623)	(462.845)	(1.697.468)
Imobilizado Líquido		16.344.456	(463.645)	15.880.811

Descrição	Taxa Dep. A.a. %	2023 (Não auditado)	Adições e baixas	2024 (Não auditado)
Terrenos		60.406		60.406
Edificações, obras civis e Benfeitorias	3,5%	7.266.183		7.266.183
Reservatórios e barragens e adutoras	3,5%	6.900.311		6.900.311
Máquinas e Equipamentos	3,5% a 6,5%	3.318.559		3.318.559
Móveis e Utensílios e Instalações Adm	4% a 6,25%	33.620		33.620
Total Custo		17.579.078		17.579.078
Edificações, obras civis e Benfeitorias	3,5%	(586.971)	132.386	(454.585)
Reservatórios e barragens e adutoras	3,5%	(489.456)	(489.456)	(489.456)
Máquinas e Equipamentos	3,5% a 6,5%	(180.718)	(97.457)	(278.175)
Móveis e Utensílios e Instalações Adm	4% a 6,25%	(453)	(11.954)	(12.407)
(-) Depreciação Acumulada		(768.142)	(466.481)	(1.234.623)
Imobilizado Líquido		16.810.936	(466.481)	16.344.456

7 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	2025	2024 (Não auditado)
Itaú Unibanco S.A.	Capital de Giro (a)	7.605.934	7.248.843
BRDE	Capital de Giro (b)	9.868.566	10.350.699
Total		17.474.500	17.599.542
Passivo circulante		2.104.787	854.022
Passivo não circulante		15.369.713	16.745.520

(a) Taxa de juros de CDI + 3,99% a.a. e vencimento em dezembro de 2032.

(b) Taxa de juros de CDI + 4,30% a.a. e vencimento em dezembro de 2040.

A Companhia vem cumprindo pontualmente os prazos de pagamento de seus empréstimos e financiamentos, bem como vem observando os demais termos contratuais

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Expressos em reais)

Movimentação dos empréstimos

<u>Empréstimos</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
Saldo inicial	17.599.542	17.304.116
Juros incorridos	3.246.061	2.840.915
Juros pagos	(3.371.103)	(2.545.489)
Total	17.474.500	17.599.542

8 Obrigações fiscais

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Não auditado)
COFINS a recolher	18.997	13.399
PIS a recolher	4.086	2.870
Impostos retidos na fonte a recolher	1.682	1.137
ISS a recolher	1.297	1.485
ICMS a Recolher	233	
Total	26.295	18.891

A obrigações fiscais provisionados foram liquidados em janeiro do ano subsequente.

9 Passivo a descoberto

O Capital Social subscrito e integralizado está representado por 128.066 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1 cada, pertencentes aos seguintes quotistas abaixo:

	<u>Ações</u>	<u>% de Participação</u>
Eninsa - Consultoria e Desenvolvimento de Projetos Ltda.	57.630	45
Ecopa Participações Ltda	44.823	35
ET Renewable Energy LLC	25.613	20
Total	128.066	100

Natureza e finalidade das reservas

Reserva Legal: De acordo com Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício social destinar-se-ão 5% (cinco por cento) para formação da reserva legal, limitando-se a 20% (vinte por cento) do capital social.

Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros corresponde a transferência dos lucros acumulados para a reserva de lucros nos termos da lei, deduzindo a distribuição de dividendos e reserva legal.

Ágio na Subscrição de Capital

Os acionistas deliberaram pela realização de um novo aporte de capital na Companhia, com o objetivo de reforço da estrutura de capital da Companhia, tendo sido acordado que os percentuais de participação societária serão mantidos inalterados após a operação.

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Expressos em reais)**

O aumento de capital deliberado corresponde ao montante total de R\$ 1.200.000. Contudo o aporte financeiro é realizado de forma não proporcional entre os acionistas, com reconhecimento de ágio na subscrição, de modo a preservar os percentuais de participação societária após a operação.

	<u>Percentual</u>	<u>Contribuição no Aporte</u>
Eninsa - Consultoria e Desenvolvimento de Projetos Ltda.	45	
Ecopa Participações Ltda	35	763.636
ET Renewable Energy LLC	20	436.364
Total	<u>100</u>	<u>1.200.000</u>

10 Demandas judiciais

A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos contenciosos que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determina os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos. Devem ser divulgadas em notas as perdas consideradas possíveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a administração, junto com seus assessores jurídicos, avaliou os processos em andamento e, dentro do contexto exigidos pelas normas contábeis, não há indícios de perdas prováveis para constituição de provisão neste exercício. Também não há perdas possíveis que exigiriam divulgação.

11 Receita líquida

	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2024</u> (Não auditado)
Aluguéis de bens do ativo imobilizado	2.272.366	2.361.168
Serviços prestados	936.068	929.931
Valor faturado	<u>3.208.434</u>	<u>3.291.099</u>
Pis e Cofins	296.780	308.192
ISS	18.721	18.599
(-) Deduções do faturamento	<u>315.501</u>	<u>326.791</u>
Receita líquida	<u>2.892.933</u>	<u>2.964.308</u>

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Expressos em reais)**
12 Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
		(Não auditado)
Gastos gerais	437.779	376.370
Depreciação e amortização	423.629	423.332
Custo de manutenção	128.819	31.508
Salários e encargos	69.680	61.849
Total	<u>1.059.907</u>	<u>893.059</u>

13 Administrativas e gerais

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
		(Não auditado)
Despesas gerais	231.283	297.827
Despesas de manutenção e conservação	30.547	21.758
Total	<u>261.830</u>	<u>319.585</u>

14 Resultado financeiro líquido

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
		(Não auditado)
Rendimentos de aplicações	148.451	195.984
Outros rendimentos	213	
Receitas financeiras	<u>148.664</u>	<u>195.984</u>
Juros s/ empréstimos	(3.246.061)	(2.651.997)
Despesas Bancárias	(1.189)	(1.144)
Juros Passivos	(48)	(198)
IOF		(9.510)
Acréscimos legais s/ tributos	(33)	
Despesas financeiras	<u>3.247.331</u>	<u>2.662.849</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.098.667)</u>	<u>(2.466.865)</u>

CGH LIBERA MARIA RUBBO CLAUS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Expressos em reais)

15 Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(a) Risco de Crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes da inadimplência de suas contrapartes ou instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de créditos e acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

16 Seguros (Não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

* * *